



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES
Secretaria Executiva
Departamento de Governança Institucional
Comitê Gestor do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural - CT-PETRO

ATA DA 54ª REUNIÃO DO CT-PETRO

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – EXERCÍCIO DE 2022

Data: 22 de fevereiro de 2022

Horário: das 14:00 às 18:00

Local: Gabinete da Secretaria Executiva - Sala 500 do Edifício Sede do MCTI (para participação presencial) e no link https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/sexec_2_mcti, para participação web.

CONVOCADOS:

- Sergio Freitas de Almeida** - Presidente do CT-Petro, representando o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI;
- Guilherme Eduardo Zerbinatti Papaterra** – Assessor da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Ministério de Minas e Energia – MME;
- Alfredo Renault** - Superintendente de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico-SPD – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;
- Cristiane M.S Abreu** – Secretaria-Executiva do FNDCT/FINEP;
- Thales Marçal Vieira Netto** – Diretor de Gestão e Tecnologia da Informação – DGTI/CNPq;
- Luciano Felipe de Carvalho Rodrigues** – Gerente Sênior de Inovação – Setor de Petróleo e gás – Petrobrás;
- Melissa de Moura Fernandez (Titular)** - Gerente de Tecnologia da IBP - Setor de Petróleo e gás – CNI;
- Alberto Machado Neto (Suplente)** - Diretor-Executivo de petróleo, gás, bioenergia e petroquímica de Abimaq - Setor de Petróleo e gás – CNI;
- José Carlos Costa da Silva Pinto (Titular)** - Professor titular do Programa de Engenharia Química do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Comunidade de Ciência e Tecnologia – ABC;
- Romildo Dias Toledo Filho (Titular)** - Vice-Diretor da Coppe- Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da UFRJ - Comunidade de Ciência e Tecnologia – SBPC;
- Milton José Porsani (Suplente)** - Professor titular da Universidade Federal da Bahia – Comunidade de Ciência e Tecnologia – SBPC.

CONVIDADOS:

- Eduardo Soriano Lousada** - Diretor do Departamento de Tecnologias Aplicadas – Secretaria de Empreendedorismo e Inovações – SEMPI – MCTI;
- Johnny Ferreira dos Santos** – Diretor do Departamento de Governança Institucional – Secretaria-Executiva do MCTI.

EQUIPE EXECUTIVA DE ACOMPANHAMENTO DO CT- PETRO:

Giordano Azevedo, Coordenador-Geral de Gestão de Fundos – CGGF/MCTI;

Marcela Galo Teodoro, Assistente CGGF/MCTI;

Pietro Loretti Vaccaro, Assessor da Secretaria Executiva do MCTI;

Marilda Jacinto Bauer, Assessora Técnica da Secretaria Executiva do MCTI.

1. QUORUM:

Às 14h do dia 22 de fevereiro foram verificadas as ausências do membro titular Sr. Luciano Felipe de Carvalho e do suplente Sr. Milton José Porsani. Presentes os demais representantes dos órgãos integrantes do **Comitê Gestor do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural - CT-PETRO** (MCTI, MME, ANP, FINEP, CNPq, CNI, ABC, SBPC), em acordo com Portaria nº 776 de 4 de agosto de 2021 / Portaria nº 819, de 16 de agosto de 2021 / Portaria nº 5619, de 11 de fevereiro de 2022, obtendo-se o quórum necessário para abrir a reunião.

2. PAUTA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CT- PETRO – EXERCÍCIO DE 2022.

- Abertura;
- Proposta para atualização do Regimento e das Diretrizes do CT-PETRO;
- Apresentação da atual execução do Plano Anual de Investimento de 2021;
- Projeção do valor disponível para 2022;
- Apresentação das Cartas-Propostas e priorização de temas;
- Assuntos gerais e encerramento.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÕES DOS ASSUNTOS DA PAUTA.

3.1 Abertura.

O presidente do CT- Petro, Sr. Sergio Freitas de Almeida, cumprimentou todos e iniciou a **Primeira Reunião Extraordinária do CT- Petro - Exercício 2021** - no horário previsto, verificou o quórum e em seguida expôs a pauta da reunião para apreciação do colegiado.

3. 2 Proposta para atualização do Regimento Interno e das Diretrizes e Prioridades do CT-PETRO.

Após a anuência de todos quanto à pauta, o presidente indicou aos membros a necessidade de atualização do Regimento e das Diretrizes do CT-PETRO. Isto porque, o Regimento do CT-PETRO é antigo e necessita de modernizações, a exemplo: (i) a previsão de reuniões virtuais, (ii) deliberações eletrônicas; e (iii) mudar a periodicidade das reuniões. Por sua vez, o documento que estabelece as Diretrizes e Prioridades é de 2013, sendo necessário atualizá-lo, eis que as disposições são genéricas e não produz o efeito de delimitar os assuntos prioritários na área de petróleo e gás.

Informou que o MCTI realizará a atualização dos referidos documentos com apoio do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE que, assim que finalizados, serão levados para uma nova reunião do CT-PETRO para aprovação pelos membros.

Assim, com o objetivo de alinhar o conhecimento de todos sobre os Fundos Setoriais, deu início aos trabalhos convidando a Sra. Cristiane Abreu, representante da FINEP, para proceder apresentação da atual execução do Plano Anual de Investimento de 2021 (PAI 2021). Esta é uma dinâmica proposta pelo MCTI que está sendo adotada por todos os Comitês Gestores dos Fundos Setoriais.

3.3 Visão Geral do FNDCT e atual execução do PAI 2021.

A representante da FINEP iniciou sua apresentação informando que está dividida em duas partes: (a) visão geral sobre o FNDCT; e (b) estado atual dos programas aprovados em 2021 no âmbito do CT-PETRO.

a) Visão Geral.

Inicialmente, destacou os instrumentos legais que regulamentam o *Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, citando a LEI Nº 11.540, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2007, enquanto normativo geral do FNDCT, e a PORTARIA Nº 7.252, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019* que estabelece a forma de funcionamento do Fundo e das instancias deliberativas como o Conselho Diretor, os Comitês Gestores e o recém-criado Comitê de Coordenação do FNDCT e a Câmara Técnica de incentivos à Inovação.

Com base nesses normativos, apresentou o sistema e a composição de governança do FNDCT, destacando a elaboração das Diretrizes pelo MCTI e pelo Conselho Diretor do FNDCT (CD/FNDCT), a competência deste em deliberar sobre os programas e projetos aprovados nos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais, bem como a composição do Conselho Diretor. Sobre os Comitês Gestores informou sua competência em proposições de linhas de CTI, que tem o objetivo de avaliar os programas e encaminhar ao Comitê de Coordenação do FNDCT. Para implementar as ações aprovadas pelo CD/FNDCT há a FINEP, CNPq, sendo que para execução propriamente há as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) e as empresas.

Em seguida, detalhou as modalidades de fomento admitidas para a aplicação dos recursos do Fundo - *não reembolsáveis, reembolsáveis e aporte de capital. Destacou que os recursos não reembolsáveis se destinam a projetos de Instituições, Científicas e Tecnológicas (ICTs) e cooperação de ICTs e empresas, subvenção econômica para empresas, equalização e encargos financeiros. Ainda, incluídas recentemente pela Lei Complementar nº 177, de 2021, habilitam-se para receber até 25% dos recursos não reembolsáveis, os programas desenvolvidos por Organizações Sociais.*

Quanto os recursos reembolsáveis, são destinados a projetos de desenvolvimento tecnológico de empresa, disponibilizados em forma de empréstimos, cujos limites passaram de 25% para até 50 % a partir de 2021 com a promulgação da referida Lei Complementar.

Por fim, citou o aporte de capital, terceira modalidade de aporte do FNDCT destina-se a projetos de impacto mediante participação efetiva em empresas com propósitos específicos, conforme estabelece a Lei 10.973 de 02 de dezembro de 2004.

Ainda, citando a Portaria nº 7.252/2019, apresentou os instrumentos de implementação das linhas de Ciência, Tecnologia e Inovação - Chamada Pública, Carta-Convite e Encomenda, observando, em sua apresentação, os critérios para submissão de propostas em cada um destes.

Após a elucidação sobre os normativos e conceitos que embasam o funcionamento do FNDCT, a Sra. Cristiane discorreu sobre a composição dos recursos do FNDCT, detalhando as fontes de arrecadação e as destinações/possibilidades de aplicação da arrecadação, observando a regulamentação de cada Fundo setorial. Quanto a origem da arrecadação destacou os recursos oriundos de royalties (petróleo, energia entre outros) as compensações financeiras oriundas das ações de subvenção econômica, as receitas de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) entre outros. Já quanto à aplicação dos recursos do Fundo, estes voltam-se basicamente para o financiamento de atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, observando a estrutura orçamentária do FNDCT, que está dividida em ações verticais, ações transversais e as operações especiais.

Em seguida, explanou sobre a proposição orçamentária anual, detalhando o fluxo de aprovação do Plano Anual de Investimentos (PAI) e o fluxo de execução orçamentária. Destacou que o PAI, após sua aprovação pelo Conselho Diretor, é condição precípua para a elaboração proposta de Projeto de Lei Orçamentária Anual e de Crédito Suplementar, quando for o caso, que é encaminhada pelo MCTI ao Congresso Nacional.

Retomando a premissas definidas pela Portaria 7.252/2019, citou o Art. 19 e explanou sobre as atribuições e a competência dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais, entre elas destacou que cabe aos comitês “receber as Cartas-Propostas de Linhas de CTI de todos os interessados para análise e aprovação e elaborar o Plano de Investimento das ações do respectivo Fundo Setorial e, uma vez aprovados, devem ser submetidos ao Comitê de Coordenação do FNDCT, por meio da Secretaria-Executiva do MCTIC”.

b) Estado atual das ações CT-PETRO aprovadas no PAI 2021.

Finalizado a primeira parte de visão geral do FNDCT, a Sra. Cristiane Abreu apresentou uma tabela relacionado às ações aprovadas no âmbito do CT-PETRO em 2021 e como se encontra o estado atual de sua execução, relembrando brevemente os projetos aprovados.

Figura I. Quadro do PAI 2021 – Ações CT-PETRO

Projeto	Edital/Encomenda	Instituição Executora principal	FUNDO SETORIAL	STATUS ATUAL	VALOR TOTAL DA AÇÃO
Desenvolvimento de sistema multiusuário de detecção, previsão e monitoramento de derrame de óleo no mar.	Encomenda	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE UFBA, UFES, UFMA, UFPR, UFRI, UFSB, IBAMA, DGDNTM, CHM, IEAPM, DGePM, IEAv, IOUSP	CT PETRO	EM CONTRATAÇÃO - RECURSO EMPENHADO	30.000,00
Programa de Desenvolvimento de Tecnologias para Monetização do Gás Natural do Pré-Sal	Chamada Pública	-	CT PETRO	EDITAL APROVADO PELA DIRETORIA DA FINEP AGUARDANDO LANÇAMENTO	25.000,00
Subvenção econômica à inovação para apoio à projetos de incentivo ao uso do hidrogênio e de combustíveis sustentáveis no setor de transporte.	Chamada Pública	-	SUBVENÇÃO	EDITAL EM ELABORAÇÃO: PREVISÃO LANÇAMENTO MARÇO (A PARTIR DO DIA 21/03)	25.000,00
Produção de bioenergia (biohidrogênio e biometano) a partir do tratamento de resíduos sólidos orgânicos	Encomenda	COPPE	CT PETRO	PROVÁVEL INDEFERIMENTO DA ENCOMENDA QUE VIRARÁ CHAMADA PÚBLICA	4.000,00

Por fim, informou que a equipe da FINEP que recebeu o Termo de Referência (TR) do projeto "Produção de bioenergia (biohidrogênio e biometano) a partir do tratamento de resíduos sólidos orgânicos" identificou em uma análise aprofundada que não havia singularidade da instituição executora, o que foi confirmado por três pareceristas *ad hoc* em manifestação sobre o projeto. Assim, o projeto deve ser indeferido e a Sra. Christina afirmou que está sendo proposta uma chamada pública por subvenção econômica sobre esse tema no âmbito do Comitê de Coordenação do FNDCT.

3.4 Projeção dos valores orçamentários disponíveis para 2022.

Após o término da apresentação da FINEP, o presidente do Comitê agradeceu a participação da Sra. Cristiane Abreu e em seguida apresentou a projeção de valor ao CT-PETRO, indicando o montante disponível para investimentos em projetos de 2022.

Relembrou que no ano passado a previsão era de receber R\$ 3.97 bilhões para recursos não-reembolsáveis, no entanto o valor não foi efetivamente repassado ao fundo, mas somente R\$ 1.1 bilhões. Os projetos de 2021 que foram aprovados somavam R\$ 3.7 bilhões. Assim, muita coisa aprovada no ano passado ficou para este ano e próximos. Por sua vez, estima-se para este ano no que tange aos recursos não-reembolsáveis a ordem de R\$ 4.5 bilhões e que, a princípio, não há nenhuma previsão de que este valor não será transferido ao FNDCT, conforme informado em reunião com a equipe do Ministério da Economia no começo do ano com a aprovação da Lei Orçamentária Anual.

Ao se referir à tabela de projeção orçamentária, o presidente ressaltou que na LOA houve destinação de R\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões) ao fundo do CT-PETRO; no entanto, R\$ 54.000.000,00 (cinquenta e quatro milhões) já foram comprometidos em razão de projetos aprovados no ano passado. Assim, o saldo seria de R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões). Contudo, o presidente destacou que em um cenário otimista haveria uma suplementação de R\$ 1.1 bilhão, para além do R\$ 4.5 bilhões, conforme sinalizado pelo Ministério da Economia na reunião com o MCTI no começo do ano e, por isso, seria acrescentado ao saldo do fundo CT-PETRO R\$ 15.300.000,00 (quinze milhões e trezentos mil). Desta forma, no melhor dos cenários, o saldo total seria de R\$ 116.756.460,00 (cento e dezesseis milhões, setecentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos e sessenta) para os projetos do CT-PETRO em 2022.

Figura II. Quadro da Projeção de valor para 2022.

SEQ	Ações	Demanda transposta para 2022	LOA 2022 Ajustada	Saldo LOA 2022	Expansão R\$ 1,1 bi	(Acréscimo da LOA 2022 Ajustada) + (Acréscimo da Expansão)	LOA 2022 Ajustada + Expansão	Expansão R\$ 1,1 bi + Acréscimo	Saldo Total para Novas Propostas
1	CT-Agro	31.325,00	70.000,00	38.675,00	14.500,00	8.450,00	84.500,00	92.950,00	81.825,00
2	CT-Agua	0,00	12.000,00	12.000,00	4.200,00	1.820,00	16.200,00	17.820,00	17.820,00
3	CT-Aero	15.150,00	48.000,00	30.850,00	8.200,00	5.220,00	52.200,00	57.420,00	42.270,00
4	CT-Amazônia	10.777,72	12.000,00	1.222,28	1.800,00	1.360,00	13.900,00	14.960,00	4.182,28
5	CT-Biotec	0,00	46.000,00	46.000,00	8.200,00	5.220,00	52.200,00	52.820,00	52.820,00
6	CT-Especial	0,00	12.000,00	12.000,00	30,00	1.203,00	12.030,00	13.233,00	13.233,00
7	CT-Energ	11.625,00	117.000,00	105.375,00	11.000,00	12.800,00	128.000,00	140.800,00	129.175,00
8	CT-FVA	375.828,00	308.000,00	(69.828,00)	111.000,00	41.700,00	417.000,00	500.400,00	124.574,00
9	CT-Hidro	1.312,00	18.000,00	16.688,00	1.800,00	1.960,00	19.600,00	21.560,00	20.248,00
10	CT-Info	27.000,00	46.000,00	19.000,00	1.300,00	4.730,00	47.300,00	47.430,00	20.430,00
11	CT-Infra	880.859,06	510.000,00	(150.859,06)	181.000,00	69.100,00	691.000,00	829.200,00	168.340,94
12	CT-Mineral	0,00	12.000,00	12.000,00	1.200,00	1.320,00	13.200,00	14.520,00	14.520,00
13	CT-Petro	54.073,54	140.000,00	85.926,46	15.300,00	15.530,00	155.300,00	170.830,00	116.756,46
14	CT-Saúde	41.844,24	105.000,00	63.155,76	14.800,00	11.950,00	119.500,00	131.450,00	89.808,76
15	CT-Transporte	0,00	12.000,00	12.000,00	0,00	1.200,00	12.000,00	13.200,00	13.200,00
	Total	1.229.792,56	1.464.000,00	234.207,44	369.630,00	183.363,00	1.833.630,00	2.118.993,00	888.890,44

O Presidente finalizou sua fala recordando que no ato de convocação de todos os Comitês Gestores dos Fundos Setoriais houve a indicação de priorização de chamadas públicas, eis que no ano passado houve uma adoção de projetos por encomendas em razão da demora de aprovação da LOA e repasse dos recursos, sendo que não daria tempo para executar chamadas públicas. Desta forma, as chamadas públicas devem e serão priorizadas em 2022.

O Sr. José Carlos levantou três pontos a serem esclarecidos pelo MCTI: (a) pela programação financeira apresentada, somados com os projetos do ano passado, questiona se não estamos comprometendo praticamente toda programação financeira dela, ou uma parcela significativa do ano de 2022, de modo que a apreciação das propostas de 2022 ganha um grau de importância muito grande e por isso solicita o esclarecimento se há valor disponível para os gastos em 2022, considerando as propostas a serem deliberadas; (b) sobre o ponto de as chamadas públicas serem prioritárias, o Sr. José Carlos indica que, pelas propostas recebidas via e-mail, 1/3 (um terço) delas são chamadas públicas e 2/3 (dois terços) referentes a encomendas, de modo que isso causa desconforto enquanto representante da comunidade acadêmica, eis que há um desbalanceamento muito grande tanto do ponto de vista prático da programação financeira quanto do ponto de vista das discussões preliminares que foram realizadas, sendo que os números não refletem a prioridade das chamadas públicas; e (c) quase metade do comprometimento financeiro proposto dessa rodada de avaliações realizadas está sendo destinada por meio de encomendas para Instituições Militares. Esclarece que enquanto cidadão não há nada contra a Instituição Militar, mas parece que há uma concentração injustificada dos valores do Fundo. Assim, solicita esclarecimento do MCTI sobre os três pontos levantados.

O presidente, Sr. Sergio, esclareceu que para 2022 há disponível R\$ 116.756.460,00 e que este valor já considera os compromissos assumidos em 2021, a LOA 2022 e a complementação de R\$ 1.1 bilhão, sendo que o valor disponível é justamente para novos projetos em 2022. Quanto ao fato de ter sido apontado 1/3 para chamadas públicas e 2/3 para encomendas, o Sr. Sergio informa que pela soma das propostas encaminhadas ao CT-PETRO, há R\$ 36.000.000,00 destinados em 2022 para chamadas públicas, o que significa 31% do saldo disponível, já as 5 propostas de encomendas somam R\$ 25.422.000,00 em 2022, ou seja, 22% do valor total disponível. Assim, na hipótese de aprovação de todas as propostas, estar-se-ia dando prioridade para chamadas públicas e ainda comprometeria apenas R\$ 61.422.000,00 do total disponível. Isto representa o comprometimento de 53% do valor total disponível, utilizando pouco mais da metade. No tocante ao questionamento dos projetos de Instituições Militares, o presidente esclareceu que no âmbito do CT-PETRO há apenas um projeto, sendo este a continuação de um projeto em andamento destinado à produção de fibra de carbono a partir de piche, inclusive o valor destina R\$ 9.800.000,00 em 2022.

O Sr. Romildo Dias Toledo Filho reforçou a posição do colega José Carlos, ambos representando a Comunidade de Ciência e Tecnologia, indicando a crise vivida nos últimos anos por falta de recursos em chamadas públicas, ressaltando a necessidade de priorizar mais editais.

Em resposta, o Sr. Sergio falou que o ideal seria ter apenas chamadas públicas, contudo, embora o MCTI tenha várias áreas de atuação inclusive no setor de Petróleo e Gás, ocorre que na sistemática de trabalho do FNDCT a atuação é mais passiva, eis que recebemos as propostas e analisamos de modo técnico e financeiro, sendo levado para deliberação aos membros. Realmente este ano foram apresentadas somente duas chamadas públicas e ao tomar conhecimento dessa situação, o Sr. Sergio informou que gostaria que os recursos fossem destinados, até mesmo por orientação do próprio Ministro, às chamadas públicas; por outro lado, não é possível rejeitar as encomendas apenas por serem encomendas, devendo ser analisadas se são válidas e defensáveis no cenário de CT&I de Petróleo e Gás. Acrescenta que no ano passado foi realizada a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, ocasião em que havia todas as 16 Unidades de Pesquisa do MCTI e foi conversado com os dirigentes sobre a possibilidade de apresentarem projetos ao FNDCT que sejam adequados, em razão disso este ano foram recebidas diversas propostas que têm valor e foram encaminhadas aos Fundos Setoriais. Há três propostas que vieram ao CT-PETRO, sendo que duas foram validadas e outra foi entendido que não preenchia os requisitos para encomenda.

O Sr. Alfredo Renault lembrou que na pauta remetida em agosto de 2021 aparece corretamente sua fala sobre a importância da necessidade de discutir a estratégia, prioridade e temas para o País de forma que poderia ser aproveitado os recursos do CT-PETRO enquanto parte de um projeto necessário para o Brasil em termos de energia. Havia a sugestão de que se entrasse nessa questão previamente ao estabelecimento de definição de projetos. Assim, entendeu que no CT-PETRO não é possível trabalhar na lógica do que foi recebido enquanto proposta, eis que há neste Comitê representantes com uma vasta experiência e o

setor de energia do país é muito estratégico para se trabalhar sob demanda e sem uma diretriz. Reforçou que consta da apresentação da Sra. Cristiane enquanto atribuição deste Comitê Gestor a definição de diretrizes e linhas gerais. Infelizmente em agosto não foi possível, em razão da necessidade de acelerar a decisão dos projetos por conta do prazo para utilizar os recursos. Contudo, reforçou que está sendo perdido a oportunidade de tratar os recursos de outra forma. A questão da transição energética é um ponto chave e o Ministério de Minas e Energia – MME tem se debruçado em programas nessa linha, sendo uma questão fundamental a ser avaliada no CT-PETRO em chamadas públicas. Assim, entendeu que o Comitê não poderia perder essa oportunidade de discutir estratégias e visão energética do Brasil no futuro aproveitando a qualificação deste grupo.

O Sr. Sergio reforçou que, como indicado anteriormente, iniciou um trabalho de definição de diretrizes e prioridades. Esclareceu que a forma de atuação do FNDCT visa ser o mais abrangente possível tanto na participação dos membros na apresentação, discussão e aprovação dos projetos e, por isso, há uma pluralidade de agentes de diversos segmentos em todos Fundos Setoriais. Neste ano, foi incentivado às Unidades de Pesquisa a apresentação de propostas de projetos que sejam necessários e é natural que cada uma dessas áreas tenha suas prioridades e nem todas são necessariamente do setor de petróleo e, por isso, a SEMPI/MCTI avalia inicialmente essas propostas submetidas. No tocante ao tema da transição energética, o Sr. Sergio orienta que os membros incentivem nas respectivas instituições a remessa de projetos dessa natureza.

O Sr. Soriano complementou quanto ao tema da transição energética que este ano será lançada chamadas públicas de Combustível do Futuro, Programa de Hidrogênio, Combustíveis sustentáveis e hidrogênio para o setor de transportes. Por sua vez, no CT-ENERG está sendo discutido uma rede de laboratório de hidrogênios e alguns investimentos a mais nessa área de bioenergia. Em paralelo, será discutido a questão eólica offshore, a questão das novas arquiteturas de barragem. Assim, a questão da transição energética está prevista em demais editais competitivos e há um conjunto distribuído em outros Fundos Setoriais do FNDCT.

A Sra. Melissa de Moura Fernandez concordou com as palavras do Sr. Alfredo Renault sobre a questão de importância das diretrizes e sinalizou interesse em contribuir na formulação das prioridades e diretrizes a serem atualizadas. Reforçou a necessidade de discussão sobre indicadores no CT-PETRO a fim de dar maior precisão na análise da repercussão dos projetos aprovados na sociedade.

Por fim, o Sr. Sergio agradeceu as manifestações e informou que passará a apresentar brevemente as nove propostas para, após, passar a analisar cada uma.

3.5 Apresentação das Cartas-Proposta para priorização de temas.

Após a contextualização inicial sobre o FNDCT, o presidente apresentou o conjunto de cartas-propostas recebidas, até última semana conforme orientado pelo calendário, destacando que há duas chamadas públicas e sete encomendas, as quais foram encaminhadas (em sua íntegra) para apreciação dos Membros deste CT-Petro.

Por sua vez, informou que já foi identificado duas encomendas que não são aptas a serem submetidas a deliberação. Isto porque, uma encomenda não cumpre minimamente o requisito da singularidade da instituição, sendo que existem diversas outras instituições. A outra carta-proposta não possui pertinência temática com o Fundo do CT-PETRO.

Assim, na avaliação do MCTI, por meio da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação – SEMPI –, representada nesta reunião pelo Sr. Eduardo Soriano, houve uma análise técnica das 7 propostas de encomenda que serão expostas, entendendo-se adequadas para serem colocadas em deliberação.

O presidente acrescentou que colocou as propostas em ordem de prioridade apenas para facilitar o trabalho do presente Comitê Gestor, mas ressalta que este é soberano em suas decisões.

Deu-se início a apreciação das Cartas-Proposta que tiveram seus resumos executivos lidos pelo próprio presidente, conforme segue:

Carta-Proposta 1 – Tecnologias de Exploração e Produção Offshore para Petróleo e Gás e para Exploração e Produção Shale Gas

CARTA PROPOSTA / CT - PETRO				
Prioridade 01 Tecnologias de Exploração e Produção Offshore para Petróleo e Gás e para Exploração e Produção Shale Gas				
PROPONENTE: Secretaria de Empreendedorismo e Inovação (SEMPI/MCTI); e Departamento de Tecnologias Aplicadas (DTA-SEMPI/MCTI)			RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA: Paulo Alvim; e Eduardo Soriano.	
INSTRUMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO: Chamada Pública			AGÊNCIA EXECUTORA: Finep.	
OBJETIVO DA CARTA PROPOSTA: apoiar projetos, por meio de chamada pública, direcionados para pesquisadores de Instituições de Ciência e Tecnologia, públicas ou privadas, em parceria com empresas para o desenvolvimento de tecnologias em Exploração e Produção Offshore, em especial as submarinas, e em Shale Gas.				
INSTITUIÇÕES PARCEIRAS / EXECUTORAS Esta ação será implementada por meio de Chamada Pública			PRAZO DE EXECUÇÃO: 48 meses a partir da Autorização do Início do Objeto	
QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE FONTES				
FONTES DE RECURSOS	VALOR POR FONTE DO FNDCT- R\$			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	2022	2023	2024	TOTAL
Fonte ligada ao FNDCT / CT – PETRO	30.000,00	20.000,00	10.000,00	60.000,00

O Sr. Sergio, após a leitura do resumo, questionou se o Sr. Soriano gostaria de tecer breves considerações sobre a proposta construída pela SEMPI/MCTI.

O Sr. Soriano informou que a proposta em tela foi construída com base em algumas demandas estruturadas na SEMPI/MCTI, ações realizadas no governo federal e demandas de empresas e instituições. Assim, a chamada pública possui duas linhas: (i) vinculada à produção Offshore, que atende a questão subsea, por exemplo com robôs e estrutura submarina, visando prevenção; nanotecnologia aplicada ao setor; sistemas de defesa e de processamento de dados submarinos; e recuperação avançada do petróleo; (ii) quanto ao Shale gas esclarece que houve uma resolução do CNPE nº 28[1], que destina alguns tipos de recurso. Nesse ponto, indicou que o Sr. Alfredo Renault possa esclarecer um pouco mais sobre a questão do Shale gas, em específico do poço transparente. Acrescentou que inseriu na proposta a questão dos estudos de projetos ambientais, segurança de operações e outros temas vinculados, inclusive o poço transparente. Por fim, informou que a chamada se concentra no up stream.

Após a explicação do Sr. Soriano, o presidente abriu a palavra para manifestação dos membros do CT-Petro.

O Sr. Guilherme Papaterra disse que sem entrar no mérito da proposta e sim na nomenclatura, visando dar mais tecnicidade, entendeu que se está indo do offshore até o recurso não convencional, isto é, pontos extremos e misturando tecnologias. Assim, o Sr. Guilherme chama a atenção para amplitude do escopo da proposta. Outro ponto que observou é que, em prosperando o projeto, seria adequado não amarrar este conceito de Shale gas, eis que o trabalho no poço transparente usa o conceito de recursos não convencionais de petróleo e gás natural, sendo que o shale gas é apenas um tipo de recurso não convencional que, inclusive, o poço transparente não seria aplicado especificadamente a essa questão do Shale. Em suma, sua observação seria de amplitude do programa e a nomenclatura que deve ser aperfeiçoada.

O Sr. Sergio agradeceu o Sr. Guilherme e passou a palavra ao Sr. Soriano para esclarecimentos.

O Sr. Soriano esclarece que concorda com os pontos levantados pelo Sr. Papaterra, inclusive quanto à nomenclatura. A abordagem pode ser melhorada e é possível realizar ajustes. A proposta buscou, de fato, trazer um conjunto diverso para avaliação dos membros.

[1] Resolução CNPE nº 28, de 9 de dezembro de 2021, que dispõe sobre diretrizes para a qualificação de projetos de Poço Transparente, de que trata o Decreto nº 10.336, de 5 de maio de 2020.

Assim, o Sr. Sergio indicou que é o caso de realizar um ajuste na terminologia do projeto para alterar a nomenclatura de shale gas para “não convencionais”.

O Sr. Guilherme Papaterra questionou ainda em relação à amplitude do escopo da proposta, eis que o Offshore e o não convencional são dois pontos extremos. Assim, em uma leitura da proposta, deveriam ser duas propostas no caso de serem conduzidas.

Por sua vez, o Sr. Soriano informou que a redução do escopo pode ser feita, eis que se colocou propositalmente amplo para ficar a critério dos membros se amplia ou reduz, sendo que faz parte do projeto.

O Sr. Sergio questionou ao Sr. Papaterra se a proposta é de restringir o escopo.

O Sr. Guilherme Papaterra esclareceu sua intenção é discutir que na chamada pública está indo de zero a dez em termos de tecnologia e que suas aplicações são distintas. Assim, pondera qual seria a resposta que teria da chamada pública.

O Sr. Sergio abriu a possibilidade de produzir mais de um Termo de Referência para temas específicos dentro desse tema geral. Assim, um edital seria para não convencional e outro para subsea. Esta seria uma solução.

Por sua vez, o Sr. Guilherme Papaterra esclareceu que está trazendo esses pontos para o debate e que gostaria de ouvir os demais membros.

O Sr. Romildo indicou que se preocupa menos com a diversidade de temas no projeto e entendeu que certamente a FINEP encontrará bons projetos de diversas instituições. Entendeu que deve ser aumentado um pouco mais a proporção da chamada pública e indicou que sentiu falta da transição energética na proposta, sendo que é necessário avançar pensando em uma matriz mais limpa para o futuro. Assim, para uma chamada pública forte nesse momento é adequado aumentar a proporção de seu valor.

A Sra. Melissa concordou com a posição do Sr. Papaterra e também entendeu que a proposta está bem abrangente.

O Sr. Alberto Machado Neto questionou a respeito da avaliação das propostas, ressaltando a abrangência; assim, perguntou como será feita a análise das propostas para que uma seja ou não prioritária no caso de desdobramento. Em resposta, o Sr. Soriano esclareceu que os critérios de avaliação são definidos depois, sendo que neste momento são questões qualitativa. Acrescentou que é possível realizar ajustes na proposta por membros do Comitê Gestor, dando critérios de definição. Pediu se a Sra. Cristiane poderia esclarecer brevemente como ocorre o fluxo das propostas até a execução pela FINEP. A Sra. Cristiane esclareceu que a FINEP recebe o Termo de Referência que já é mais detalhado, sendo a Carta-proposta mais genérica, abordando o objeto e instituição. Assim, o Termo de Referência aprofunda mais no projeto, sendo que, posteriormente, o edital dá mais detalhes. Concordou que a proposta está muito ampla e poderia no Termo de Referência retirar alguns temas na chamada subsea.

O Sr. Alfredo entendeu que a presente proposta é a que tem temas mais relevantes hoje para o país, sendo que o subsea é extremamente competitivo e o Brasil tem a capacidade de ser uma plataforma de exportação de equipamentos subsea. Acredita que é possível aprovar a chamada sem entrar em um nível de detalhamento que impossibilite sua aprovação. Assim, resgatou a fala do Sr. Soriano e do Sr. Romildo, conciliando que a proposta seria para duas chamadas públicas: tecnologias em especial submarinas e tecnologias em não convencionais, bem como para aumentar os valores da seguinte forma: para (a) tecnologias subsea, que teria destinado R\$ 30 milhões em 2022, R\$ 20 milhões em 2023, R\$ 10 milhões em 2024; e para (b) não convencionais, que teria destinado R\$ 15 milhões em 2022, R\$ 10 milhões em 2023 e R\$ 5 milhões em 2024.

Desta forma, são dois Termos de Referência: (a) sobre tecnologias subsea que possuiria o total de R\$ 60 milhões; e (b) sobre não convencionais que possuiria o total de R\$ 30 milhões.

O Sr. Sergio levou para deliberação a presente proposta no sentido de que seja aprovada com alteração na terminologia, desdobramento da proposta em dois Termos de Referência e alteração de valores para R\$ 45.000.000,00 em 2022; R\$ 30.000.000,00 em 2023; e R\$ 15.000.000,00 em 2024, conforme proposto.

Não havendo divergências, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Carta Proposta 2 – Aplicações de PD&I em prospecção e exploração mineral para os setores mineral e de petróleo & gás natural.

CARTA PROPOSTA / CT - PETRO							
Prioridade 02 Aplicações de PD&I em prospecção e exploração mineral para os setores mineral e de petróleo & gás natural.							
PROPONENTE: Secretaria de Empreendedorismo e Inovação (SEMPI/MCTI)				RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA: Paulo Cesar Rezende de Carvalho Alvim			
INSTRUMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO: Chamada Pública				AGÊNCIA EXECUTORA: CNPq			
OBJETIVO DA CARTA PROPOSTA: Apoiar financeiramente projetos de PD&I, capacitação laboratorial e formação de recursos humanos em prospecção e exploração mineral para os setores mineral e de petróleo & gás natural, com o objetivo promover o conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico de novos depósitos que garantirão o aumento da competitividade da indústria e o desenvolvimento econômico e social nacional.							
INSTITUIÇÕES PARCEIRAS / EXECUTORAS				PRAZO DE EXECUÇÃO:			
Esta ação será implementada por meio de Chamada Pública				36 meses a partir da Autorização do Início do Objeto.			
QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE FONTES							
FONTES DE RECURSOS	VALOR POR FONTE DO FNDCT- R\$						
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	2022	2023	2024	2025	2026	2027	TOTAL
Fonte ligada ao FNDCT / CT – PETRO	6.000	4.000					10.000

Após a leitura do resumo executivo, o presidente questionou se o Sr. Soriano gostaria de tecer breves considerações sobre a proposta construída pela SEMPI/MCTI

O Sr. Soriano esclareceu que a proposta não surgiu inicialmente no CT-PETRO, mas sim no CT-MINERAL, eis que foi visualizado baixo investimento em geologia na parte do início da cadeia produtiva e a necessidade de reforçar na academia. Assim, houve uma expansão de ideia para integrar a questão de geologia ao setor de petróleo e gás.

O Sr. Alberto disse que o texto da proposta está confuso, em especial na parte em que diz “*com o objetivo de promover o conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico de novos depósitos que garantirão o aumento da competitividade da indústria e desenvolvimento econômico e social nacional*”, indicando que não compreende como novos depósitos aumentarão a competitividade, eis que é o processo e não o reservatório que aumenta a competitividade. Assim, entendeu adequado que basta tirar a parte que sobre a competitividade da indústria. Em resposta, o Sr. Soriano entendeu que, de fato, houve um exagero no objetivo da Carta-proposta, sendo que a ideia é a pesquisa mais básica e capacitação das Universidades.

O Sr. Romildo indicou que nos objetivos específicos da proposta há a possibilidade de dar o foco de petróleo e gás com a visão mineral.

O Sr. Guilherme Papaterra elogiou a colaboração com o setor mineral, mas se preocupou com as definições, eis que identificou alguns equívocos nas nomenclaturas que o preocuparam em aprovar a proposta. Assim, colocou-se à disposição para trabalhar na redação da proposta a fim de dar mais robustez técnica. Questionou o item específico de “*geologia médica*” misturado com a questão de prospecção e exploração de petróleo. Entendeu que ficou uma temática ampla que acaba perdendo o escopo. Em resposta, o Sr. Sergio indicou que quando a proposta se mostra confusa e de difícil leitura ao público, a sua inclinação é pela não aprovação neste momento da proposta para ser reformulada e apresentada em outra oportunidade.

O Sr. Alfredo teceu comentário sobre a parte formal no sentido de ser viável o apoio pelo CT-PETRO de projetos que como esse incluíram temática “*setores mineiros*”.

O Sr. Sergio acrescentou que a proposta foi inicialmente apresentada no CT-MINERAL, contudo com não havia recursos suficientes e nas discussões do CT-MINERAL se entendeu que era viável encaminhar ao CT-PETRO acabou sendo realizado ajustes para ampliar o escopo, gerando a presente proposta como meio termo. Assim, sugere que a proposta seja reescrita e encaminhada ao Comitê de Coordenação do FNDCT (CCF) a fim de dar tratamento de uma ação transversal.

O Sr. Jose Carlos indicou que gostaria de manter a proposta, uma vez que o valor não é grande, é uma chamada pública e existe necessidades na área de química, análise, formação e capacitação laboratorial. Assim, acrescentou que é possível beneficiar a área de petróleo e gás com temas da proposta e entendeu adequado sua aprovação com a devida correção.

A Sra. Melissa retomou a questão se não há nenhum problema em contemplar outra área de outro Fundo Setorial. Indicou que olhou o Regimento Interno e não achou nenhum impeditivo.

O Sr. Sergio esclareceu que há duas opções: (a) encaminhar a proposta ao CCF, órgão que trata das ações transversais; ou como apontado pelos membros (b) que seja realizado um ajuste na redação dando ênfase ao setor de petróleo e gás natural.

O Sr. Alfredo reforçou que aprova a proposta nos valores com a revisão do texto que o Sr. Guilherme Papaterra e o Sr. Soriano farão.

Desta forma, o presidente, Sr. Sergio, colocou em **deliberação** a presente proposta no sentido de que seja aprovada com a alteração a ser realizada de caráter técnico e enfático no setor de petróleo e gás pelo Sr. Guilherme Papaterra e Sr. Soriano.

Não havendo divergências, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Carta Proposta 3 – Desenvolvimento de novos materiais para aplicação na produção de biocombustíveis com matéria-prima do Semiárido Brasileiro

CARTA PROPOSTA / CT - PETRO				
Prioridade 03 Desenvolvimento de novos materiais para aplicação na produção de biocombustíveis com matéria-prima do Semiárido Brasileiro				
PROPONENTE: Secretaria de Empreendedorismo e Inovação (SEMPI/MCTI)			RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA: Paulo Alvim	
INSTRUMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO: Encomenda			AGÊNCIA EXECUTORA: Finep	
OBJETIVO DA CARTA PROPOSTA: busca-se a exploração das oleaginosas cultivadas na região como matéria prima na produção dos óleos vegetais e aplicação na produção de biocombustíveis, a formação e qualificação de profissionais para o desenvolvimento de pesquisas de P&D em Energias Renováveis, a estruturação de programas e criação de redes inteligentes de pesquisa em energias renováveis.				
INSTITUIÇÕES PARCEIRAS / EXECUTORAS			PRAZO DE EXECUÇÃO:	
Executora: Instituto Nacional do Semiárido – INSA/MCTI. Participante/co-executora: Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.			36 meses a partir da Autorização do Início do Objeto	
QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE FONTES				
FONTES DE RECURSOS		VALOR POR FONTE DO FNDCT- R\$		
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	2022	2023	2024	TOTAL
Fonte ligada ao FNDCT / CT – PETRO	3.000,00	2.500,00	2.000,00	7.500,00

Após a leitura da proposta III, o presidente abiu para manifestação dos membros.

O Sr. Alberto Machado questionou que pela leitura do título do projeto deveria ser tratado também o processo, eis que não é só material, sendo necessário definir uma planta para processar o próprio material. Acrescentou que o projeto está confuso.

O Sr. Soriano indicou que 70% do custo do setor de biocombustíveis é matéria prima e não há como separar do fóssil e não fóssil. O projeto compreende em descobrir novas matéria primas para trabalhar, apesar de falar “materiais” no título do projeto. Reforçou que é uma área muito importante ao semiárido.

O Sr. José Carlos compreendeu que não há necessidade de o projeto ser vinculado pela forma de encomenda. Acrescentou que, considerando a folga orçamentária, aumentaria o valor do projeto para o total de R\$ 15 milhões e transformaria em uma chamada pública, já que há dezenas de instituições no Nordeste que trabalham o mesmo tema.

O presidente, Sr. Sergio, entendeu arriscado a transformação do projeto enquanto chamada pública, visto que há o risco de se mostrar no futuro inviável em um cenário mais amplo. Desta forma, concluiu que o projeto fosse apreciado nos termos em que foi apresentado enquanto encomenda, eis que a alteração exigiria maior aprofundamento técnico. Contudo, caso os membros entendam categoricamente que a encomenda pode ser transformada em uma chamada pública poderá ser realizada essa alteração.

A Sra. Cristiane Abreu entendeu que o INSA não possui singularidade para a encomenda e recomendou o indeferimento do projeto em não sendo possível transformar em chamada pública.

O Sr. Romildo reforçou a não singularidade da instituição em seu entender, sendo que há várias instituições aptas a apresentar a proposta.

Desta forma, o Sr. Sergio, na condição de presidente do CT-PETRO, retirou o projeto de pauta para que seja reexaminado e apresentado em outra oportunidade.

Não havendo divergências, o projeto foi retirado de pauta.

Carta Proposta 4 – Desenvolvimento para scale-up da Tecnologia de produção de Fibras de Carbono a Partir de Piches de Petróleo – TECFIBRA

CARTA PROPOSTA / CT - PETRO					
Prioridade 04 Desenvolvimento para scale-up da Tecnologia de produção de Fibras de Carbono a Partir de Piches de Petróleo - TECFIBRA					
PROPONENTE: Ministério da Defesa			RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA: General Bda Moacir Rangel Junior – Diretor do Dept de Ciência e Tecnologia e Inovação.		
INSTRUMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO: Encomenda			AGÊNCIA EXECUTORA: Finep		
OBJETIVO DA CARTA PROPOSTA: O objetivo do projeto TECFIBRA é realizar o desenvolvimento de tecnologias de produção de materiais de carbono de interesse estratégico para a indústria de defesa e indústria nacional através do estudo direcionado para a otimização dos multifilamentos de carbono, a partir dos resultados alcançados até o momento pelo Centro Tecnológico do Exército (CTEx), com a investigação dos parâmetros de fiação e tratamento térmico, de forma a se atingir melhores propriedades nas fibras de carbono finais, analisando seu potencial frente às exigências de mercado e visando projetar uma planta piloto de pesquisa e desenvolvimento necessária ao “scale-up” e à progressão na escala TRL da tecnologia para produção industrial.					
INSTITUIÇÕES PARCEIRAS / EXECUTORAS			PRAZO DE EXECUÇÃO:		
Executora: Centro Tecnológico do Exército (CTEx). Conveniente: Fundação de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – Exército Brasileiro (FAPEB)			48 meses a partir da Autorização do Início do Objeto.		
QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE FONTES					
FONTES DE RECURSOS		VALOR POR FONTE DO FNDCT- R\$			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	2022	2023	2024	2025	TOTAL
Fonte ligada ao FNDCT / CT – PETRO	9.800	7.100	7.400	5.700	31.000

Após a leitura da proposta IV, o presidente abiu para manifestação dos membros.

O Sr. Soriano comentou que o projeto é originalmente do Centro Tecnológico do Exército (CTEx) com a Petrobras, sendo que até o momento já foi realizado benefício ao piche e a matéria processada já está em domínio tecnológico. O CTEx possui muita experiência em fibra de carbono e detém um laboratório avançado na matéria. A tecnologia de fibra é sujeita a embargo internacional. A fibra serve para uma diversidade de produtos e se alinha com a Política de

Materiais Avançados. Trata-se de um projeto industrial, ou seja, tende a chegar em um TRL alto e apto para transferência de tecnologia empresarial. Por fim, acrescentou que o presente projeto se encaixa no CT-PETRO em razão da fonte da fibra e por sua aplicação no setor de Petróleo e Gás.

O Sr. Sergio complementou que o Secretário de Empreendedorismo e Inovação do MCTI, Sr. Paulo Alvim, teve uma reunião no Ministério da Defesa (MD) em que na ocasião se elencou a presente proposta enquanto prioritária para o MD.

A Sra. Christiane falou que a FINEP recebeu no ano passado uma proposta para uso de recurso reembolsável da empresa VanTec para planta do mesmo objeto do presente projeto, inclusive em parceria com o CTEX, contudo se arquivou o projeto por conta de uma licença ambiental. O projeto tinha o valor de 9 milhões de reais e este possui o total de 31 milhões. Desta forma, questionou qual seria a diferença, eis que a VanTec chegaria a planta do Piche e não na fiação do carbono.

Em resposta, o Sr. Johnny esclareceu que, em conversa com o Sr. Bortolini da FINEP, foi informado que há um projeto carbono que é mais amplo e que o projeto em tela integra parte dele e terá um uso civil e militar grande, sendo que o projeto comentado pela Sr. Christiane é um empréstimo do desenvolvimento de uma tecnologia cedida para a empresa VanTec em uma área específica do projeto carbono. Reforçou que foi informado que são projetos distintos e que a Petrobras investiu bastante no assunto do projeto ora analisado.

Desta forma, o presidente, Sr. Sergio, colocou em **deliberação** a presente proposta.

Não havendo divergências, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Carta Proposta 5 – Novas Tecnologias para Gestão de CO2 no setor de óleo e gás.

CARTA PROPOSTA / CT - PETRO				
Prioridade 05 Novas Tecnologias para Gestão de CO2 no setor de óleo e gás.				
PROPONENTE: Secretaria de Empreendedorismo e Inovação (SEMPI/MCTI)			RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA: Eduardo Soriano Lousada	
INSTRUMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO: Carta -Convite			AGÊNCIA EXECUTORA: Finep	
OBJETIVO DA CARTA PROPOSTA: A proposta pretende desenvolver novas tecnologias para gestão de CO ₂ na indústria do petróleo, particularmente na área de exploração, visando o aumento da eficiência da produção e redução da emissão de CO ₂ por barril produzido, contribuindo para atingir a neutralidade em carbono nesse setor.				
INSTITUIÇÕES PARCEIRAS / EXECUTORAS			PRAZO DE EXECUÇÃO:	
Executora: Instituto de Nacional de Tecnologia – INT. Conveniente: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica – FAAC.			36 meses a partir da Autorização do Início do Objeto.	
QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE FONTES				
FONTES DE RECURSOS	VALOR POR FONTE DO FNDCT- R\$			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	2022	2023	2024	TOTAL
Fonte ligada ao FNDCT / CT – PETRO	3.922,00	2.547,40	1.860,60	8.300,00

Após a leitura da proposta V, o presidente abiu para manifestação dos membros.

O Sr. Romildo entendeu que o tema do projeto é importante, mas em se tratando de encomenda não viu a singularidade da Instituição, eis que há outras instituições aptas a desenvolverem esse tema.

O Sr. Soriano esclareceu que a singularidade do projeto abrange a integração do INT com o setor petrolífero e seu foco no CO2, sendo dedicado 100% do tempo no projeto.

O Sr. Sergio falou que, por sua experiência no TCU, a singularidade no caso de encomenda era muitas vezes analisada em simetria com as causas de dispensa de licitação, contudo há casos em que o conjunto das circunstâncias dão singularidade, como foi o caso do Centro Nacional de Vacinas em Minas Gerais. Assim, a singularidade deve ser olhada não somente pelo ângulo de que há outras instituições aptas, mas também no ângulo que a instituição reúna outras vantagens que justificam desenvolver o trabalho na instituição. Reforçou-se que estamos sempre tratando com Instituições Públicas, o que dá maior segurança por estarem sujeitas a regras mais rígidas.

O Sr. José Carlos seguiu o entendimento do Sr. Romildo e indicou que em sua visão não há a singularidade no projeto em tela e o objetivo da carta-proposta dá ênfase na exploração, não sendo possível comparar experiência da COPPE com a INT.

O Sr. Guilherme Papaterra comentou que o objetivo da carta-proposta visa desenvolver novas tecnologias na indústria de petróleo na área de AIT, eis que a exploração é a pesquisa e a busca por CO2, sendo que o que se busca é o CO2 encontrado. Assim, sugeriu realizar um ajuste na Carta-proposta a fim de dar mais precisão técnica.

O Sr. Alberto concordou com o Sr. Papaterra, eis que na produção há o CO2 gerado na plataforma e o gerado com o próprio gás natural, sendo características diferentes.

O Sr. Soriano indicou que seria interessante inserir duas parcerias na proposta e alguns ajustes sugeridos pelo Sr. Papaterra.

O Sr. Guilherme Papaterra reforçou que entende que a temática é importante para o setor de Petróleo e Gás Natural.

Desta forma, o Sr. Sergio colocou em **deliberação** a proposta no sentido de que seja retirada da pauta para reformulação e reapresentação em outra reunião.

Não havendo divergências, a proposta foi retirada de pauta.

Carta Proposta 6 – Aprimoramento da contabilidade de carbono no RenovaBio.

CARTA PROPOSTA / CT - PETRO				
Prioridade 06 Aprimoramento da contabilidade de carbono no <u>RenovaBio</u> .				
PROPONENTE: Ministério das Minas e Energia - MME			RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA: Guilherme Eduardo Zerbinatti Papaterra	
INSTRUMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO: Encomenda			AGÊNCIA EXECUTORA: <u>Finep</u>	
OBJETIVO DA CARTA PROPOSTA: Aprimorar a <u>RenovaCalc</u> e aspectos relacionados aos critérios de elegibilidade da <u>RenovaBio</u> para confirmar a credibilidade dessa política e garantir o seu alinhamento a outras políticas ambientais internacionais. Trata-se de incluir novas rotas na <u>RenovaCalc</u> ; aprimorar a contabilidade de carbono; avaliação do potencial de expansão da produção de biocombustíveis; apoio a métricas da <u>Renovabio</u> ; e fungibilidade do CBIO no mercado de carbono.				
INSTITUIÇÕES PARCEIRAS / EXECUTORAS Executora: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Participante: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Laboratório Nacional de Biorrenováveis (LNBR)			PRAZO DE EXECUÇÃO: 36 meses a partir da Autorização do Início do Objeto.	
QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE FONTES				
FONTES DE RECURSOS		VALOR POR FONTE DO FNDCT- R\$		
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	2022	2023	2024	TOTAL
Fonte ligada ao FNDCT / CT - PETRO	2.200	1.800	1.500	5.500

Após a leitura da proposta VI, o presidente abriu para manifestação dos membros.

Não tendo sido levantada nenhuma dúvida acerca do projeto, o Sr. Sergio colocou em deliberação.

Não havendo manifestação contrária, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Carta Proposta 7 – RSBR – Mar: Rede Sismográfica Brasileira no Mar

CARTA PROPOSTA / CT - PETRO				
Prioridade 07 RSBR – Mar: Rede Sismográfica Brasileira no Mar.				
PROPONENTE: Secretaria de Empreendedorismo e Inovação (SEMPI/MCTI); e Departamento de Tecnologias Aplicadas (DTA-SEMPI/MCTI)			RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA: Paulo Alvim; e Eduardo Soriano	
INSTRUMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO: Encomenda			AGÊNCIA EXECUTORA: <u>Finep</u>	
OBJETIVO DA CARTA PROPOSTA: ampliação do conhecimento da sismicidade; avaliação das ameaças e riscos associados às atividades de exploração e exploração; avaliação da estabilidade de taludes e eventuais desastres ambientais; estimativas mais acuradas de epicentros de eventos sísmicos; modelos geológicos da plataforma continental com maior resolução para entendimento dos sistemas petrolíferos e minerais; mapeamento de eventuais reativações de falhas e eventuais riscos decorrentes.				
INSTITUIÇÕES PARCEIRAS / EXECUTORAS Executora: Observatório Nacional – ON. Conveniente: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica – FACC.			PRAZO DE EXECUÇÃO: 48 meses a partir da Autorização do Início do Objeto	
QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE FONTES				
FONTES DE RECURSOS		VALOR POR FONTE DO FNDCT- R\$		
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	2022	2023	2024	TOTAL
Fonte ligada ao FNDCT / CT - PETRO	6.500,00	5.500,00	4.500,00	16.500,00

Após a leitura da proposta VII, o presidente pediu que o Sr. Soriano realizasse uma breve apresentação do projeto e, em seguida, abriu para manifestação dos membros.

O Sr. Soriano esclareceu que o Observatório Nacional é extremamente especializado no tema do projeto, o que justifica ser executora do projeto, sendo apto a realizar uma gestão eficiente e a manter uma rede de monitoramento disponível por 24 horas, preenchendo a singularidade necessária. Reforçou a presença forte da singularidade do Observatório Nacional para executar o projeto. Por fim, colocou-se à disposição dos membros para esclarecimentos.

Desta forma, não havendo mais manifestações, o presidente colocou o projeto em deliberação.

Não havendo manifestação contrária, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Encaminhamentos

O presidente do CT-PETRO, inicialmente, retirou de pauta duas propostas (item 8 e 9). A seguir, o CT-Petro deliberou pela retirada de duas Cartas-Proposta da pauta e aprovação em mérito e relevância das demais cinco cartas, conforme quadro I resumo ajustado abaixo, aguardando a apreciação nas instâncias deliberativas do FNDCT.

No mais, o Presidente apresentou o quadro II, contendo o resumo do comprometimento financeiro das propostas-aprovadas em 2022. Como é possível identificar, as chamadas públicas comprometeram 44% do valor disponível para o CT-PETRO em 2022 e as encomendas somaram 16%, totalizando o uso de 60% do valor global do CT-PETRO em 2022. Com isso, o Sr. Sergio indicou que os valores remanescentes serão remanejados aos demais Fundos Setoriais para atender propostas aprovadas que não tiverem capital suficiente.

I - Quadro Resumo com as Deliberações da 1ª Reunião Extraordinária do CT- Petro:

Item	Carta-Proposta	Instrumento/Agência	Instituição Executora	Cronograma de desembolso após a apreciação do CT-Petro/ valores em R\$/ Milhões			
				2022	2023	2024	2025
1	Tecnologias de Exploração e Produção Offshore para Petróleo e Gás e para Exploração e Produção Shale Gas	Chamada Pública/ FINEP	-	45.000,00	30.000,00	15.000,00	-
2	Aplicações de PD&I em prospecção e exploração mineral para os setores mineral e	Chamada Pública/CNPq	-	6.000,00	4.000,00	-	-

	de petróleo & gás natural							
3	Desenvolvimento de novos materiais para aplicação na produção de biocombustíveis com matéria-prima do Semiárido Brasileiro	Encomenda/FINEP	INSA/MCTI	3.000,00	2.500,00	2.000,00	-	7:
4	Desenvolvimento para scale-up da Tecnologia de produção de Fibras de Carbono a Partir de Pichas de Petróleo - TECFIBRA	Encomenda/FINEP	Centro Tecnológico do Exército (CTEx)	9.800,00	7.100,00	7.400,00	5.700,00	31.
5	Novas Tecnologias para Gestão de CO2 no setor de óleo e gás	Encomenda/FINEP	Instituto Nacional de Tecnologia	3.922,00	2.547,40	1.860,60	-	8:
6	Aprimoramento da contabilidade de carbono no RenovaBio.	Encomenda/FINEP	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	2.200,00	1.800,00	1.500,00	-	5.500,00
7	RSBR – Mar: Rede Sismográfica Brasileira no Mar	Encomenda/FINEP	Observatório Nacional	6.500,00	5.500,00	4.500,00	-	16.
8	Aproveitamento de biomassa residual para produção sustentável de biocombustíveis e bioprodutos visando a implementação de um sistema de economia circular no Nordeste	Encomenda/FINEP	Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE	3.500,00	3.500,00	4.000,00	-	11:
9	Incentivar a retomada da produção industrial nacional de insumo estratégico para o desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro.	Encomenda/FINEP	Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE)	26.700,00	18.300,00	10.000,00	-	55:
TOTAL CT-PETRO				106.622,0	75.247,00	46.260,00	5.700,00	234

Quadro elaborado pela Equipe Executiva

II - Quadro resumo com o comprometimento financeiro das Cartas-propostas aprovadas em 2022:

Camadas Públicas	Instrumento	Agência	2022	2023	2024	2025	Total
Temas de P&G	Chamada	Finep	45.000	30.000	15.000	-	90.000
Geologia e minerais estratégicas	Chamada	CNPq	6.000	4.000	-	-	10.000
TOTAL DE CHAMADAS PÚBLICAS			51.000	34.000	15.000	-	100.000
Percentual fundo			44%				
Camadas Públicas	Instrumento	Executor	2022	2023	2024	2025	Total
Renovável	Encomenda	Embrapa	2.200	1.800	1.500	-	5.500
Rede Simográfica Marinha	Encomenda	ON	6.500	5.500	4.500	-	16.500
Tecnologia fibra carbono – TECFIBRA	Encomenda	CETEX/EB	9.800	7.100	7.400	5.700	30.000
TOTAL DE ENCOMENDAS			18.500	14.400	13.400	5.700	52.000
Percentual fundo			16%				

Quadro elaborado pela Equipe Executiva

O **Sr. Alfredo** sugeriu uma reunião para os membros unificarem a visão de qual é o caminho para utilização dos recursos, isto é, uma reunião para discutir conceitos e estratégias. Outro ponto que questionou é o remanejamento dos recursos não utilizados para outros Fundos Setoriais, eis que entendeu que seria possível uma segunda rodada de apresentação de cartas-propostas.

O **Sr. Romildo** reforçou o ponto levantado pelo Sr. Alfredo, eis que entendeu que não se abriu mão dos recursos. Acrescentou que seria produtivo realizar uma reunião para fazer um planejamento estratégico a fim de aproveitar com mais eficiência do potencial de recursos do CT-PETRO.

A **Sra. Melissa** concordou com a reunião extra de alinhamentos sugerida pelo Sr. Alfredo e Romildo e levantou o questionamento acerca da atualização das diretrizes.

Em resposta ao remanejamento dos recursos do CT-PETRO, o **Sr. Sergio** esclareceu que não há rigidez à aplicação dos recursos dos Fundos Setoriais, sendo que é natural que a arrecadação remanescente de um Fundo Setorial seja remanejada, como foi reforçado em Nota apresentada na reunião do Conselho Diretor do FNDCT em 2021. Desta forma, caberá ao Comitê Coordenador do FNDCT (CCF) realizar a harmonização dos recursos entre os Fundos Setoriais. No tocante à revisão do regimento, diretrizes e prioridades do CT-PETRO será realizada com o apoio do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE –, e contará com a participação dos membros do CT-PETRO nas reuniões e oficinas de atualização, de modo que nas próximas reuniões do CT-PETRO já tenha um documento orientador para aprovar as Cartas-propostas.

Outros Assuntos e Encerramento

Como assuntos gerais, o Sr. Sergio informou que estão sendo finalizadas as reuniões de todos os Comitês Gestores dos Fundos Setoriais, sendo que após será realizado um trabalho no âmbito do Comitê Coordenador do FNDCT, de modo a visualizar o comprometimento total dos recursos do fundo e harmonizar com as propostas aprovadas. Assim, será construída a proposta de Plano Anual de Investimento de 2022 e apresentado ao Conselho Diretor do FNDCT para aprovação e a partir desse momento, elaborar-se-á os Termos de Referência e

encaminhados para FINEP destinar e alocar os recursos na condição de Secretaria Executiva do FNDCT. A expectativa é que até o final do ano os projetos aprovados já estejam em andamento.

Por fim, agradeceu a presença de todos e encerrou a 1ª Reunião Extraordinária do CT-PETRO – Exercício 2022.

Este é o relatório que segue para apreciação e aprovação dos Membros.

Sergio Freitas de Almeida
Presidente do CT- Petro



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Freitas de Almeida, Secretário-Executivo**, em 26/05/2022, às 08:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9852401** e o código CRC **77019550**.